



A BURGUESIA E AS GESTÕES FEDERAIS DO PT: UMA INTRODUÇÃO AO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Lucas Patschiki
Doutorando em História UFG
lucas.patschiki@gmail.com

RESUMO

Neste artigo buscaremos abrir uma reflexão sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Gabinete da Presidência da República, espaço de construção de consensos dentro da ossatura material do Estado, criado no início da primeira gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (Partido dos Trabalhadores) em 2002. Foi instituído como órgão de caráter consultivo, presidido pelo Presidente da República (um ministro da Secretaria Especial assume cargo de secretário executivo), que reúnem-se em plenária uma vez por bimestre, cujos temas são apresentados tanto pelo governo quanto pelos conselheiros. É de responsabilidade da presidência designar seus membros, tratados como “parceiros estratégicos”, e cuja gestão tem dois anos de duração, com possibilidade de recondução. Iremos abrir então análise sobre as relações conflitivas do Estado autocrático burguês em seu formato democrático, e como pelo seu caráter sincrético, não constitui um mercado eleitoral-parlamentar democrático pleno, capaz de dar conta dos processos decisórios políticos, que acabam por serem deslocados para esferas corporativas na ossatura material do Estado. Iremos aqui buscar então evidenciar as relações classistas representadas pelos atores envolvidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Nossas reflexões apoiam-se nas elucubrações teóricas e análises históricas de autores como Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas, Décio Saes, Virginia Fontes, David Maciel, Jan Lust e André Guiot.

Palavra-chave: Corporativismo; Estado; Neoliberalismo.

Neste artigo buscaremos abrir uma reflexão sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Gabinete da Presidência da República (daqui para diante CDES), espaço de construção de consensos dentro da ossatura material do Estado, criado no início da primeira gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002. Esta discussão não poderia escapar da própria discussão sobre Estado brasileiro no nosso longo processo de revolução burguesa, onde o corporativismo irá cumprir forte papel. Assim, não há nenhuma novidade acerca da existência destes espaços de concertação e mesmo de decisão política, claramente identificado com nosso processo de desenvolvimento econômico capitalista dependente-associado. Mesmo com a importância que o corporativismo teve como ideologia política nas primeiras décadas do século XX, ele acabou por concretizar no Brasil uma forma de organização estatal, sua efetividade real foi muito mais profunda em relação à questão administrativa/burocrática do que como princípio de organização da sociedade ou mesmo como sistema completo de governo, caso ocorrido em outros países – aqui, sequer a organização

ANAIIS ELETRÔNICOS - ISSN 2238-7609

profissional em torno das “corporações”, que chegou a ser legislado sobre, acabaram se efetivando na prática. *“No nível histórico, poderíamos pensar que tal corporativismo”*, diz Vieira (2010, p. 108) referindo-se à Oliveira Vianna, talvez o mais conhecido dos intelectuais que defenderam uma concepção de sociedade corporativista no Brasil, *“corresponde a uma mudança na administração pública, que cresce e se centraliza, possuindo uma elite participante das decisões governamentais, depois de 1930”*.

A influência do corporativismo reverbera na análise de Saes sobre o Estado brasileiro, que buscando os motivos pelos quais o nosso sistema político não chegou a instituir-se de modo “completo” (aos moldes dos países capitalistas centrais), irá entender que os espaços primários de resolução de conflitos e de organização entre a classe dominante encontraram-se na ossatura material deste Estado, alheios à arena pública de debate e discussão política e ideológica: verifica que a constituição de um partido político é essencial somente para a classes subalternas, em busca de uma ação política independente, capaz de alterar a ordem vigente, pois seria uma *“tendência espontânea da classe dominante [...] se fazer representar politicamente pelo Estado, organicamente comprometido com a vigência da ordem social vigente e, conseqüentemente, com a defesa dos interesses gerais da classe social que dela se beneficia”* (SAES, 1996, p. 133). A formação dos partidos da burguesia (em maior parte dos casos) ocorreu de maneira reagente, nos casos onde a formação de um partido proletário ao qual a classe dominante se viu “obrigada” a contrapor no espaço político que foi constituído pelo seu oposto – constituir um partido que expresse interesses de uma das frações da burguesia, pode comprometer de maneira violenta qualquer consenso existente no bloco no poder, levando a acirramentos e disputas nas quais todas as frações saíam perdendo, abrindo caminho para ascensão de partidos populares ou mesmo revolucionários. Mas assinalando, que mesmo quando em um sistema pluripartidário, estes partidos da burguesia se fizeram precedidos em relação ao processo decisório político pela “burocracia estatal”, que Saes chega a considerar *“força política autônoma”* (SAES, 1996, p. 136). Não iríamos tão longe sobre esta autonomia da burocracia – tese que aparece nas considerações de Francisco de Oliveira sobre o “ornitorrinco”, de forma um pouco distinta, como se esta constituísse uma classe em si (OLIVEIRA, 2003) – mas se faz claro a primazia destes locais de



decisão sobre a arena partidária-parlamentar, ou seja, em detrimento da ampliação da democracia liberal que marcou a revolução burguesa nos países capitalistas centrais, especialmente em momentos de crise e de profundas transformações sociais.

As mudanças exigidas pelo neoliberalismo, que sob a égide da financeirização irão trazer alterações qualitativas para o processo de reprodução do capital, exigirão novas formatações históricas, tanto da base quanto das superestruturas do capitalismo – processo de ofensiva histórica do capital contra o trabalho que não pode ser resumido em uma ruptura acontecimental, nem deve ser idealizado, como se fosse livre de conflitos e contradições. Sua implementação presume que as transformações no Estado ocorram de modo concomitante com as exigidas na sociedade civil: aqui a violência e o convencimento mais do que nunca tem de ser articulados para a formatação de um “novo modo de ser”, que altera as estruturas institucionais da sociedade. Essas mudanças atingem principalmente os limites da ampliação de direitos sob a democracia parlamentar-eleitoral, exatamente por aprofundar as formas de exploração e exigir amplas expropriações das classes subalternas.

Foi pelos resultados sociais das tensões classistas que resultaram do processo de implementação das políticas neoliberais no Brasil que o PT conheceu a possibilidade de ascender como gestor autorizado do Estado capitalista, ápice de seu processo de transformismo – o abandono da sua prática política anterior, que se não possuía necessariamente caráter revolucionário, era marcadamente crítica, intentando fortes mudanças sociais, para sua adequação à ordem política burguesa, sua institucionalização, passando a basear sua prática partidária “*no mais trivial dos empirismos políticos*” (GRAMSCI *apud* RAPONE, 2014, p. 204). Inserção que foi confirmada pela leitura ideologizada de seus intelectuais, que conseguiram enxergar em uma suposta “contradição” entre os interesses das frações da classe dominante, o que teria sido definitivo espaço para a ascensão do PT ao poder (OLIVEIRA *In.* ESTANQUE; SILVA; VÉRAS; FERREIRA; COSTA, Cortez, 2005, p. 97). A visualização destes embates no nível da aparência baseou a leitura ideológica que existiram nas manifestações de interesses imediatos possíveis “distinções” entre as frações da classe dominante brasileira, que seriam evidenciadas

pela sua diferente origem: industrial, agrário, financeiro (e mesmo uma reativação da velha teoria que opunha a burguesia nacional e o imperialismo). Tais leituras não faziam, propositadamente ou não, a devida verificação histórica ao nível das condições sociais de produção e reprodução do capital, cuja financeirização mundial alterou qualitativamente as relações entre os exploradores. Segundo Fontes (2010, p. 198-199), que nomeia este processo de capital-imperialismo, nesta:

[...] nova forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas* [...] Ela se disseminou de maneira capilar e conduziu a uma modificação da relação entre a propriedade e a forma da atividade “funcionante” (a extração direta de valor) diferente da “união íntima”, que mantinha ainda subjacente uma diferença qualitativa entre finanças, controladas por bancos, e empresas extratoras de mais-valor, quer sob a forma de indústrias ou da produção de serviços.

Baseado nesta leitura da “era da indeterminação” que se justificou a subordinação do PT ao capital, que supostamente seria uma ação estratégica para explorar as “fissuras” na classe dominante, a *“insatisfação do grande capital industrial durante a campanha eleitoral”*, ao enfatizar a “produção” contra a “especulação”, assim buscando *“introduzir uma cunha no interior do bloco no poder, mostrando à grande burguesia industrial interna que ela tinha porque apoiar a candidatura Lula”* (BOITO JR., 2002, p. 23). O mesmo tipo de lógica foi o que pautou a opção pelo “pacto social”, que inspirou e rege a constituição de espaços como o CDES: *“em toda a sua campanha, o recém-eleito presidente repetiu em vários momentos que um futuro governo seu se baseará em um pacto social construído entre toda a sociedade civil, incluindo empresários, movimento social organizado e governo federal”* (FRANÇA, 2003, p. 79).

Encoberto por esta intenção de “controle social”, o que se observa é a reivindicação de exemplos como o Pacto de Moncloa e da garantia do funcionamento do futuro CDES inspirado pelas experiências cutistas com as câmaras setoriais tripartites. O primeiro pacto, realizado na Espanha durante a transição política após a morte de Franco contou com a colaboração, dentre vários, do Partido Social Operário Espanhol, do PC Espanhol e do Partido Nacionalista Basco, tendo sido assinado em 1977. Através deste consenso se propôs sacrifícios populares com a *“esperança de que se recuperasse a confiança dos investidores e se acalmasse descontentamentos utilizáveis*



pela extrema-direita” (O’DONNELL In. REIS, 1988, p. 49-50). Estes “sacrifícios” significaram na prática a estagnação dos salários da classe trabalhadora e quase nenhuma restrição para demissão ou garantia de emprego. Três anos após o pacto 12% da população ativa economicamente na Espanha estava desempregada (1,5 milhão de pessoas) e na destruição de mais de 700 mil postos de trabalho (FRANÇA, 2003, p. 80). A referência ao pacto espanhol foi constante durante a campanha de 2002 e não só nos bastidores, mas na própria argumentação de Lula, que assim considerava que iria cumprir o que seu antecessor não havia conseguido: *“vou fazer uma coisa que o Fernando Henrique Cardoso falava muito em 1982, o famoso Pacto de Moncloa. Aqui nunca foi executado porque não houve presidente que conversou menos com a sociedade que Fernando Henrique”*, ainda o apresentando de forma a ser considerada um aprofundamento da democracia: *“queremos construir uma espécie de novo contrato social”* (FRANÇA, 2003, p. 90-91).

Fala que foi complementada na campanha com o “bom exemplo” das experiências nas câmaras setoriais tripartites. Estas câmaras geraram acordos amplamente favoráveis aos empresários, especialmente do setor automotivo, produzindo queda na produção total, diminuição no investimento em tecnologia e amplo crescimento da média de veículos produzidos por operário, ou seja, um aumento considerável na exploração – além das óbvias vantagens da renúncia fiscal ofertada pelo Estado. Resultados que foram celebrados por diversos intelectuais do partido, *“advogando a tese de que os acordos tripartites pautam-se numa maior democracia das relações entre capital e trabalho”* (OLIVEIRA, 1998, p. 187). E quando eleito, a condição de *“um governo de aparência operária e essência (projeto) antioperária”* (FRANÇA, 2003, p. 96), será a marca do transformismo petista. Este, segundo David Maciel (2011, p. 10):

[...] PT e CUT migraram para um projeto de “reforma dentro da ordem” que evoluiu posteriormente para a “reprodução da ordem” nos marcos do padrão de acumulação neoliberal e da autocracia burguesa reformada. No entanto, nesta fase este movimento transformista carregava uma particularidade importante, pois a cooptação de PT e CUT se baseou muito mais na capacidade que a autocracia burguesa demonstrou de condicionar e modelar sua ação política e social do que na incorporação de aspectos de seu projeto no programa político das classes dominantes.



Obviamente não nos convém aqui esgotar tal processo¹, mas indicar que é por este tipo de prática política que se afirmará as gestões presidenciais do PT, e que a conformação de um novo espaço de tipo corporativo não se dará em nenhum sentido que vise ampliar o “controle social” ou a participação democrática da “sociedade civil”, muito embora a propaganda, abertamente partidária ou mais camuflada, advinda da universidade, tente fortemente convencer do contrário.

E o CDES surge logo a posse de Lula, instituído pelo artigo 8º da Lei nº. 10.683 de 2003. Foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico que em 2005 deixa de estar sob tutela do Gabinete da Presidência passando a integrar o Ministério das Relações Institucionais (Lei nº. 11.204 de 2005). Foi instituído como órgão de caráter consultivo, presidido pelo Presidente da República (um ministro da Secretaria Especial assume no CDES cargo de seu secretário executivo), que reúnem-se em plenária uma vez por bimestre, cujos temas são apresentados tanto pelo governo quanto pelos conselheiros. É de responsabilidade da presidência designar seus membros, tratados como “parceiros estratégicos”, e cuja gestão tem dois anos de duração com possibilidade de recondução (GUIOT, 2013).

A justificativa para seu surgimento foi a de visar a “*articulação da sociedade civil organizada para a consecução de modelo de desenvolvimento configurador de novo e amplo contrato social*” (BRASIL, 2003), o que presumiria uma nova forma de controle social, em forte consonância com a Constituição de 1988, mas o que se observa é a dominância aberta do empresariado (nacional, associado ou internacional), de diversas origens (seja diretamente ou através de representantes de instituições patronais da sociedade civil). Os representantes da sociedade civil, originalmente no número de 90, assim foram distribuídos: 41 empresários; 13 sindicatos; 11 movimentos sociais; 10 personalidades; 3 entidades de classe; 2 representantes da cultura; e 2 religiosos (depois, por reivindicação foram acrescentados 7 representantes das regiões

¹Ver: IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF: 2005.

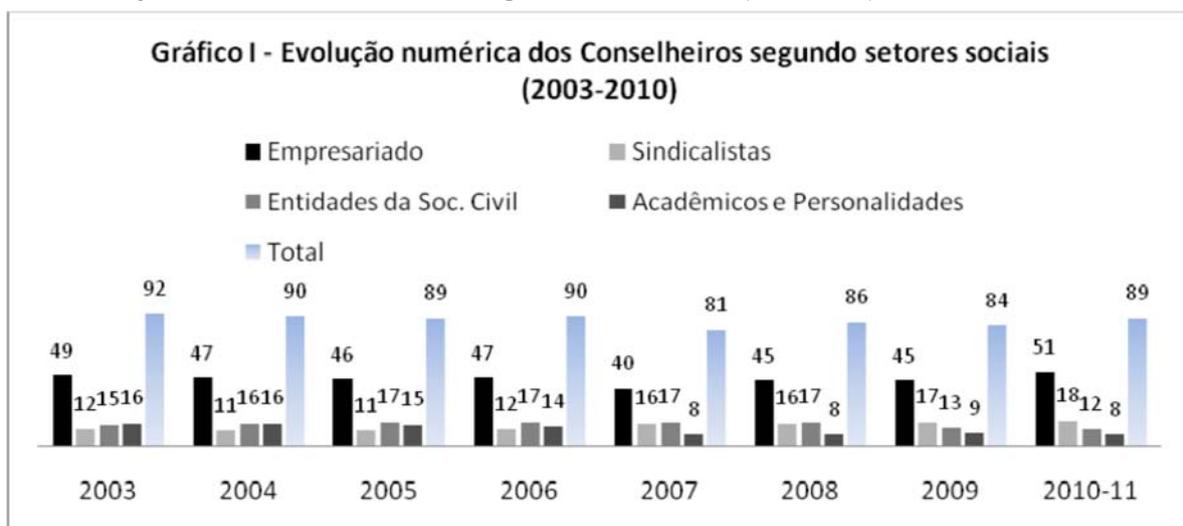


Norte e Nordeste) (FLEURY, s/d.). Notadamente, o conceito de sociedade civil que rege esta organização (que supostamente seria diferente dos antigos espaços corporativos do Estado pela amplitude dos seus participantes, que vão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra até a Federação Brasileira de Bancos) obviamente corresponde a uma proposição conservadora, visando reduzir o papel do Estado e fortalecer a ação privada. Este conceito de sociedade civil, segundo Lust (2014, s/p.),

[...] se incrusta dentro de um discurso que elimina a classe como o fundamento da sociedade, como a unidade principal para a análise do desenvolvimento da sociedade capitalista e como chave para a transformação social rumo a uma sociedade socialista. Por haver “eliminado” a classe da sociedade, o discurso é capaz de concentrar a análise de, por exemplo, a desigualdade e da pobreza em suas aparências superficiais em lugar de suas causas [...] De fato, este discurso de sociedade civil está orientado para criar harmonia entre as diferentes classes sociais [...] em vez de debater-se o capitalismo em si, discute-se uma sociedade fragmentada, “sem nenhuma estrutura de poder global, sem uma unidade totalizadora, sem coerções sistêmicas”.

Como visualiza André Guiot, a conformação destes atores obedece um claro ordenamento classista dominância do empresariado:

IMAGEM 1: Evolução numérica dos Conselheiros segundo setores sociais (2003-2010).



FONTE: GUIOT, André. "Estudos preliminares sobre a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva (2003-2010)". *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH 2013*. op. cit.

O segundo gráfico dá conta da relação média da representação social:



IMAGEM 2: Média de Conselheiros segundo setores sociais (2003-2010):



FONTE: GUIOT, André. "Estudos preliminares sobre a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva (2003-2010)". *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH 2013*. op. cit.

Assinalemos ainda que a opção pelos espaços de negociação só foi possível dentro da gestão presidencial do PT, visto que somente este partido possuía o poder de convencer as organizações e movimentos sociais da classe trabalhadora a participar destes espaços de concertação social (o que sequer seria imaginável sob gestão federal do PSDB). Este é o cerne do aprofundamento da hegemonia burguesa nas gestões petistas, modificação qualitativa e que jamais poderia ter sido realizada sem a colaboração ativa do partido "representante" (ou o mais capacitado a organizá-la nacionalmente) da classe trabalhadora (da CUT participam 15 conselheiros; das demais centrais sindicais somam-se 13 participantes).

Elaboramos a lista abaixo, que nos permite visualizar as origens destes empresários conselheiros do CDES no ano de 2003 (este recorte se deu por motivos de apresentação):

TABELA 2: Composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no ano de 2003:

Conselheiro	Cargo	Relacionamentos
Abílio	Presidente	Funda com seu pai em 1948 o Pão e Açúcar. Desde 1979 foi membro do

Diniz	do Conselho de Administração da BRF (Brasil Foods)	Conselho Monetário Nacional. Nos anos 90, liderou o processo de turnaround do Grupo Pão de Açúcar. Membro desde 13.02.03.
Alceu Nieckarz	Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus	Bispo Evangélico, jornalista pela Folha Universal, apresentador da TV Record na TV Mulher/SP. Ex-Presidente da Associação Universal de Empresários Cristãos. Membro de 03.02.03 a 13.05.07.
Amarílio Macêdo	Presidente do Conselho de Administração da J. Macêdo S.A.	Conselheiro fundador do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, ex conselheiro da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo e da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, ex-presidente do Instituto Universidade Empresa. Fundador do Movimento Pró-Mudanças (1987) e ex conselheiro da Fundação SOS Mata Atlântica. Membro desde 12.06.03.
Cosette Alves	Empresária	Socialite e empresária. Ex-dona da rede de magazines Mappin. Membro de 13.02.03 a 28.07.04.
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN	Membro do Conselho Superior da Petróleo Ipiranga. Preside a FIRJAN Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro desde 95. Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro e do Conselho Regional do SENAI e Diretor Regional do SESI. Integra o Conselho de Administração do BNDES. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Eugênio Emílio Staub	Presidente da Gradiente	Atua na Gradiente há mais de 40 anos. Membro do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; Fundador do Conselho da Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletro-Eletrônicos) e é membro do CEAL (Conselho de Empresários da América Latina). Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Fernando Xavier Ferreira	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP. Presidente	Preside o Grupo Telefônica do Brasil. Membro do Comitê Latino Americano da Bolsa de Nova York e da Comissão Global de Infraestrutura de Informação. Foi Presidente da Telebrás; Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Presidente da Northern Telecom do Brasil; Diretor geral Brasileiro da Itaipu Binacional; Presidente da Telepar e professor de Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Paraná. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.

	da Coinfra.	
Gabriel Jorge Ferreira	Presidente do Fundo Garantidor de Crédito	Membro do Conselho de Administração do Unibanco, da Unibanco AIG Seguros S.A., da BWU Comércio e Entretenimento Ltda., do Instituto Unibanco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo do Instituto Moreira Salles; Membro do Conselho de Administração e Diretor da E. Johnston Representação e Participações S.A.; Diretor da E. Johnston Participações Ltda. É Presidente da CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras e da CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro; Presidente do Conselho de Administração da Investe Brasil – Agência Promotora de Investimentos; Membro do Conselho Consultivo da MB&F, Bolsa de Mercadorias e Futuro. Membro de 13.02.03 a 25.08.09.
Gustavo Carlos Marin Garat	Presidente do Citibank	Uruguaio. Assumiu essa posição em 1998. Foi o Presidente do Citibank Paraguai, Presidente da Associação de Bancos do Paraguai e Presidente do Citibank no Peru. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Horacio Piva	Presidente dos Conselhos da Bracelpa	Acionista e membro do Conselho de Administração de Klabin S/A, Presidente dos Conselhos da Bracelpa- Associação Brasileira de Papel e Celulose e da Associação de Assistência à Criança Deficiente. Membro de 13.02.03 a 25.08.09.
José Augusto Marques	Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base - ABDIB	Não consta. Membro de 13.02.03 a 28.07.04.
José Carlos Gomes Carvalho	Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros	Não consta. Membro de 13.02.03 a 13.11.03.
José Luis Cutrale	Presidente da Sucocítrico	Membro da Diretoria da Cutrale North América, Inc., da Cutrale Citrus Juice Inc., da Citrus Products Inc. e Membro da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos. Membro de 13.02.03 a 25.08.09.

	Cutrale	
Joseph Couri	Presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo - SIMPI	Estadunidense, naturalizado brasileiro. Presidente da Associação Nacional dos SIMPI e do SIMPI – Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Tipo Artesanal do Estado São Paulo. Trabalhou no Fórum Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, e do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi um dos idealizadores da lei do SIMPLES Federal. Participa do Banco do Povo. Membro desde 13.02.03.
Lutfala Bitar	Associação Comercial do Pará – ACP	Presidente da Empresa Estacon Engenharia S.A., desde 1969. Vice-presidente da Associação Comercial do Estado do Pará, Cônsul Honorário da República do Chile em Belém; Membro do Conselho Diretor do Instituto de Artes do Pará; Membro do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico; e Membro do Conselho Curador da Galeria de Artes da Universidade da Amazônia. Membro de 12.06.03 a 25.08.09.
Márcio Artur Cypriano	Presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN	Funcionário de carreira do Bradesco, do qual é presidente desde 1999. Foi membro do conselho diretor da Federação Brasileira das Associações de Bancos e presidiu o BCN. Participa da Bradesco Seguros, da Fundação Bradesco e da BCN Leasing, entre outras empresas do grupo. Preside a Bradesco Asset Management. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Mauro Knijnik	Presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Sul	Foi professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos; professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Vice-Presidente do BRDE; Secretário da Fazenda do Estado do RS; Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do RS - Banrisul; Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do RS; Vice-Presidente do Grupo Iochpe-Maxion S/A. Atualmente é Presidente da Desenvolvimento Empreendimentos e Participações Ltda. e Membro do Conselho de Administração de diversas empresas. Presidente da Grão Social Cidadania Empresarial, Coordenador do Instituto Ethos no RS. Membro de 13.02.03 a 14.02.05.
Paulo Simão	Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC	Foi presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais-Sinduscon/MG, vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais; membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; presidente da Empresa Mineira de Turismo; membro do Conselho Fiscal da Sociedade Mineira dos Engenheiros. Atualmente, além de presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção é vice-presidente da Federação Interamericana



		da Indústria da Construção (FIIC), vice-presidente da Confederação das Associações Internacionais de Empreiteiras de Construção (CICA) e diretor presidente da Wady Simão-Construções e Incorporações LTDA. Membro de 13.11.03 a 14.04.14.
Paulo Vellinho	Diretor da PV Consultores Associados	Fundador do Conselho da Associação do Aço do RGS. Foi Diretor Presidente da Springer S/A, da Springer Carrier do Nordeste, da Springer National da Amazônia e da Springer Amazônia Refrigeração S/A., Diretor Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Presidente do Sindicato das Indústrias Elétricas, Eletrônicas e Similares do Estado de São Paulo e Presidente da Associação Gaúcha de Avicultura. Atualmente é Representante da Empresa Granóleo S.A., Membro do Conselho do Instituto Kinder para Crianças Especiais, Diretor Presidente da Paulo Vellinho Consultores Associados e Conselheiro das Indústrias Coldex Tosi. Membro desde 13.02.03.
Pedro Jereissati	Presidente da Telemar Participações	Não consta. Membro de 13.02.03 a 28.07.04.
Raymundo Magliano	Presidente de Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros – BM&FBOVESPA	Foi vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, ex-superintendente do Conselho dos Jovens Empresários da Associação Comercial, vice-presidente da Bovespa e membro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Preside a Bovespa desde 2001. Membro de 13.02.03 a 25.08.09.
Robson Braga de Andrade	Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI	Foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Minas Gerais, Diretor-Presidente da ORTEG Equipamentos e Sistemas Ltda. Membro de 13.02.03 a 25.08.09 e desde 06.09.10.
Roger Agnelli	Presidente da Vale S. A.	Foi Diretor Executivo do Banco Bradesco, Diretor Presidente da Bradespar S.A., Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, membro dos Conselhos de Administração da Valepar S.A., Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio S.A., VBC Energia S.A., Brasmotor S.A., Mahle Metal Leve S.A., Rio Grande Energia S.A. e Serra da Mesa Energia S.A., Diretor da UGB Participações S.A. e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento.

		Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Asea Brown Boveri e Presidente do Comitê de Cooperação Empresarial da FGV. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Waldemar Verdi Junior	Vice-Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - FENABRAVE	Vice-Presidente do Conselho de Acionistas do Grupo Verdi - GV Holding S/A, Membro do Conselho de Administração do Banco Dibens S./A. Foi Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores Mercedes-Benz, Diretor da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio dos Distribuidores de Veículos Automotores. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Alain Juan Pablo Belda	Presidente do Conselho e Executivo Principal (CEO) da Alcoa Inc. – New York	Não consta. Membro de 13.02.03 a 04.09.03.
Antoninho Trevisan	Presidente da Trevisan Escola de Negócios	Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e de Economia; da Academia Paulista de Contabilidade; do conselho do Centro de Integração Empresa-Escola; do Movimento Brasil Competitivo e do Conselho Superior de Economia da FIESP. Fundou e preside o Comitê Gestor da ONG Ação Fome Zero, co fundador do Instituto Ethos e da Associação Alfasol de Alfabetização Solidária. Foi conselheiro da Associação de Assistência à Criança Deficiente; da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; da Fundação Dorina Nowill para Cegos; da Fundação Itaú Social e da Câmara Americana de Comércio. Membro desde 13.02.03.
Benjamin Steinbruch	Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP	É presidente da Companhia Siderúrgica Nacional. Presidiu o Conselho de Administração da Vale; foi presidente dos Conselhos de Administração da Light e da Metropolitana. Participou dos Conselhos de Administração do BNDES, Petrobrás e CETESB. Membro desde 13.02.03 a 13.05.07 e desde 02.06.14.
Daniel Feffer	Vice-Presidente Corporativo da Suzano	Membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose, Conselheiro Quotista da MDS Corretora e Administradora de Seguros, Presidente da Fundação Filantrópica Arymax. Presidente do Instituto Ecofuturo, Membro do Conselho do Instituto Ethos, Membro do



	Holding S/A	Conselho da FIESP, Membro do Conselho da The Natural Conservancy; Membro Fundador do Conselho do Compromisso Todos Pela Educação, Membro do Conselho do Movimento Brasil Competitivo, Membro do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Membro de 13.02.03 a 15.06.12.
Fabio Barbosa	Presidente-Executivo da Conselheiro Fabio Barbosa Abril S.A.	Foi Presidente do Banco ABN AMRO no Brasil, Presidente do Grupo Santander Brasil. Iniciou a sua carreira na Nestlé, passou pelo Citibank. Foi Presidente da Latin America Ltda (subsidiária Brasileira do The Long Term Credit Bank of Japan). Foi professor na FGV, Presidente da FEBRABAN e é Membro do Conselho de Administração da Petrobrás. Membro de 13.02.03 a 15.06.12.
Fernando Roberto Moreira Salles	Presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM. Presidente da Companhia das Letras e do Instituto Moreira Salles.	É membro dos conselhos de administração da Fundação Getúlio Vargas, da Fundação Roberto Marinho, da Fundação Abrinq pelos Direitos das crianças e de Vitae - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Ivo Rosset	Presidente das Empresas Rosset & Cia Ltda e Valisère Ind. & Com. Ltda	Participa do Conselho Consultivo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção e Sindi Têxtil, do Conselho Consultivo da FIESP, do Conselho de Empresários da América Latina, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. Membro desde 13.02.03.
Jorge Gerdau Johannpeter	Presidente do Conselho de Administração da Gerdau	Foi coordenador da Ação Empresarial e participa do Conselho do Movimento Brasil Competitivo. Preside a Fundação Iberê Camargo, o Conselho da Fundação Bial do Mercosul e integra o Conselho da Fundação Bial de São Paulo. Atua também como membro do Conselho do Instituto Aço Brasil, do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, do Conselho Superior Estratégico da FIESP e do Conselho da Parceiros Voluntários. É integrante do conselho consultivo do escritório brasileiro do David

		Rockfeller Center for Latin American Studies, mantido pela Universidade de Harvard. Além disso, é presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade do Governo Federal. Membro desde 13.02.03.
José Carlos Bumlai	Vice Presidente da Associação dos criadores do Mato grosso do Sul - ACRISSUL	Membro do Conselho Diretor do Grupo Itamarati, Membro do Conselho Diretor da Constran S.A e Vice Presidente da Associação Nacional dos Produtores e Processadores de Carne e Couro de Qualidade e da Associação dos criadores do Mato Grosso. Membro desde 13.02.03.
José Fernandes do Rego	Não consta	Não consta. Membro de 12.06.03 a 14.02.05.
Luiz Carlos Delben Leite	Presidente da Fort Knox	Diretor presidente da Manig S/A - Fort Knox - Sistemas de Segurança S/C Ltda; FK Comércio de Produtos de Segurança e Serviços Ltda; Fort Knox Tecnologia de Segurança Ltda; Fort Invest - Fomento Mercantil Ltda. Fundador vice-presidente e Presidente da ABIMEG, Presidente da ABIMAQ, Presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social de São Paulo, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho Administrativo das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Deliberativo PROTEC. Membro de 13.02.03 a 25.08.09.
Luiz Otávio Gomes	Dono da LOG Negócios e Consultoria Ltda.	Foi diretor financeiro-comercial do Grupo João Lyra. Foi diretor superintendente da Maceió Veículos e Peças Ltda; e da Locação e Serviços Ltda. Foi membro do Conselho de Administração do Grupo, diretor da Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Alcool de Alagoas. Fundador da LOG - Negócios e Consultoria Ltda, empresa de consultoria. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Márcio Lopes de Freitas	Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras -	Foi da diretoria da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas e da Cooperativa de Crédito Rural, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). Também é Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. Membro desde 13.02.03.

	OCB	
Maurílio Biagi Filho	Presidente do Grupo Maubisa	Membro do Conselho da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base, da Associação Brasileira de Indústrias e Máquinas, do Conselho Empresarial da América Latina, do Conselho Superior de Meio Ambiente/FIESP, do Conselho Superior do Agronegócio/FIESP, da Câmara Americana de Comércio e atual Presidente da Agrishow. Membro desde 13.02.03.
Omilton Visconde Júnior	Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica - FEBRAFARM A	Não consta. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Paulo Skaf	Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP	Exerce as presidências da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, do SESI-SP – Serviço Social da Indústria, SENAI-SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e do Instituto Roberto Simonsen. Exerce a 1ª vice-presidência da CNI - Confederação Nacional da Indústria. Acionista da SKAF Participação e Administração de Bens Ltda., BTS Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Paramount Têxteis Indústria e Comércio S/A. Foi Membro do Conselho Administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Presidiu o SEBRAE-SP – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Membro de 13.02.03 a 31.03.10 e 30.08.12 a 03.04.14.
Pedro Luiz Teruel	Coordenador Nacional da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania - CIVIS	O Deputado Pedro Teruel (PT) assumiu o seu segundo mandato na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Foi vereador e em 2002, assumiu como suplente a vaga de deputado estadual. Foi secretário de infra-estrutura do MS. Membro de 13.02.03 a 14.02.05.
Ricardo Luiz dos Santos	Presidente da Associação	Não consta. Membro de 13.02.03 a 28.07.04.

Carvalho	Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA	
Rinaldo Campos Soares	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG	Não consta. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Roberto Egydio Setubal	Presidente do Banco Itaú S.A.	Presidente e Diretor Geral do Banco Itaú desde 1994. Foi Presidente da Federação Nacional de Bancos – FEBRABAN, e é membro da Conferência Monetária Internacional, setor Latino Americano, IIF International Finance e do Steering Committee, Crisis Prevention and Capital Adequacy. É membro do Comitê Consultivo Internacional de NY do Federal Reserve Bank. Participa do Conselho Consultivo do Instituto Ethos, que atua em parceria com a Fundação Ford e a Fundação Kellogg, entre outras. É membro fundador e Presidente da Comissão Executiva do Programa Itaú Social e do Conselho Executivo do Instituto Itaú Cultural. Membro de 13.02.03 a 13.05.07.
Rodrigo Loures	Presidente da Nutrimental, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI	Ocupa as presidências do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro Qualidade e Produto; do Conselho de Inovação e Competitividade da FIEP; do Conselho de Administração da empresa Nutrimental e a secretaria executiva do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. É vice-presidente da CNI. Presidiu o Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico sendo ainda membro do Conselho de Economia. É membro Board do Comitê Brasileiro do Global Compact da ONU e coordenador do Global Fórum da América Latina. Integra o Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Membro desde 13.02.03.
Sergio Haberfeld	Presidente do Grupo Dixie Toga SA	Presidente do Conselho de Administração do grupo DIXIE TOGA S.A., é também Presidente da World Packaging Association, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Embalagens Plásticas Flexíveis; Presidente do Hospital do Setor Papeleiro e de Embalagem; Membro do Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Membro do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; Membro do Conselho de Política Econômica da Confederação Nacional das Indústrias; Presidente do Comitê ALCA e do Conselho da Câmara Americana de Comércio São Paulo. Membro de

		13.02.03 a 14.02.05.
Silas Lima Malafaia	Presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil - CIMEB	Presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil, é vice-presidente da Assembléia de Deus na Penha, RJ. Dirige e apresenta o programa de televisão Vitória em Cristo, sendo o pastor evangélico que mais vende palestras em vídeo, CD's e DVD's (média de 500 mil por ano) e também o que mais vende livros (280 mil por ano). É presidente da Editora Central Gospel. Membro de 12.06.03 a 15.12.04.
Viviane Senna	Presidente do Instituto Ayrton Senna	Fundadora do Instituto Ayrton Senna Membro do Conselho Consultivo da Febraban e Citibank Brasil; Conselho de Educação da CNI e FIESP; Conselho do Instituto Coca-Cola, Energias do Brasil, ADVB e Todos pela Educação; Comitês de orientação e investimentos sociais dos bancos Itaú e Unibanco. Membro desde 13.02.03.

FONTE: CDES. *Composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no ano de 2003*. Disponível em http://www.cdes.gov.br/galeria_conselho/2003/, acessado em 10.07.14.

A tabela nos permite visualizar que não há conflito entre as frações do capital nacional e internacional que não sejam passíveis de resolução via espoliação do público em benefício próprio. O que assistimos no CDES é uma rede de acionistas, que embora o capital de origem seja diversa é capaz de enredar-se e adaptar-se em torno da fração avançada de classe, a financeira. Aliás, podemos sem nenhum problema afirmar que é através deste tipo de espaço estatal que se constroem estes consensos, tendo como vetor do processo as políticas de Estado – da atuação direta da burguesia na construção do planejamento político e econômico.

Não sem motivo, que nos dois mandatos de Lula (2002-2010), a combinação entre as políticas econômicas extremamente favoráveis ao capital financeiro, *“regime de metas de inflação, política de superávit primário, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado”*, e o retorno do financiamento estatal do grande capital, integrando as grandes empresas brasileiras na dinâmica imperialista, associadas às políticas sociais *“compensatórias”*, de transferência direta de renda impuseram uma série de mudanças diretas para o capitalismo brasileiro, marcadamente através da figura do BNDES e uma política externa *“independente”*. Estas propiciaram, segundo Maciel, *“uma nova etapa do capitalismo brasileiro”*, caracterizada *“pelo aprofundamento do padrão de acumulação dependente-associado [...] sob comando do grande capital externo, encarnado na*



forma das empresas transnacionais e do capital financeiro” (MACIEL, 2010, p. 120-122). A transnacionalização, processo de devoramento do pequeno e médio capital nacional por monopólios ou oligopólios que atuam especialmente na América Latina e na África, foi alvo de política ampla pelo Estado, que além de subsidiar, preparou o campo político, econômico e jurídico para a atuação destas empresas – especialmente na quebra de direitos trabalhistas e na manutenção da superexploração. “O Brasil está em terceiro lugar no ranking das 100 empresas de países ‘emergentes’ com o potencial para desafiar empresas transnacionais estadunidenses e européias [...] São 14 as empresas com origem no Brasil, somente atrás de empresas da China e da Índia” (GARCIA In. ROSA LUXEMBURG STIFTUNG, 2009, p. 11).

Sobre a política de crédito é crucial a mudança de estatuto do BNDES em 2003, visando *“apoiar empresas com capital brasileiro na implantação de investimentos e projetos no exterior, mas com ênfase comercial, especialmente ligados aos projetos de integração regional”*. Será marcada pela falta de transparência aos critérios empregados para conceder tais empréstimos, sequer ocorrendo indicações sobre o repatriamento dos lucros obtidos no exterior, não existindo *“qualquer menção explícita a critérios ou fatores sociais, ambientais e trabalhistas para os financiamentos brasileiros no exterior”* (GARCIA In. ROSA LUXEMBURG STIFTUNG, 2009, p. 14-15). A falta de transparência deste processo, indica um procedimento, generalizado no segundo mandato de Lula, o da centralização destas decisões na figura do presidente e de seu gabinete (ao qual o CDES era subordinado), obrigando os grandes capitalistas brasileiros a envolverem-se diretamente.

Todas estas empresas, associações, aparelhos privados de hegemonia participantes do CDES dão conta de uma rede de hegemonia, capaz de articular a hegemonia em um nível amplo e profundo, contando para tanto com toda uma rede de articulações que permitem a atuação de maneira incredivelmente efetiva na guerra de posições. Não nos cabe aqui analisá-la detidamente, mas expô-la, visto que estes espaços tem também como mote para sua efetividade o distanciamento do debate público. Entendendo ainda que essas relações apresentadas sequer dão conta de todas as articulações possíveis, pois propositadamente deixamos de lado as relações



dos membros da burocracia partidária, visto que estas seriam composição natural para a democracia liberal, aceitáveis e justificadas pelo crivo do sufrágio universal (mesmo as escusas, mistificadas por programas abertamente demagógicos). É neste sentido que podemos afirmar o CDES como um espaço corporativista dentro do Estado, e mesmo, que este tipo de lugar de produção de concertação social é fundamental para a implementação das contrarreformas neoliberais. Estes espaços corporativos são tão efetivos que tentam abrigar não só as organizações já institucionalizadas da classe trabalhadora como ir além, na busca do de seus movimentos sociais, os "novos atores" da década de 80 (cuja experiência de institucionalização vem sendo amplamente observada nos demais Conselhos desde a década de 90). Neste sentido, nada poderia ser mais explícito que a própria Primeira Carta de Concertação do CDES: *"o grande desafio do nosso país"*, seria assim, o de *"promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição para bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, que poder levar a um confronto de ricos e pobres"* (CDES, 2003, s/p.).

Então, não poderíamos defender a oposição entre o corporativismo de Estado e o neoliberalismo, posição adotada por muitos autores, inclusive marxistas, sendo que se existe oposição ela ocorre apenas no âmbito da disputa ideológica, não concorrendo verificação histórica. E que sua "distinção", com o advento da "sociedade civil", pela amplitude da participação social, caso defendido pela conselheira Sonia Fleury, para nós é uma afirmação da efetividade do corporativismo no capitalismo avançado (já que passa a ampliar seu espectro organizativo). Ao desviar o processo decisório político da arena parlamentar-partidária há uma sensação de autonomização do próprio Estado, dado o lugar destes espaços, vinculados ao Executivo, sendo que o *"caráter paradoxal dessa relação reside no fato de esse Estado assumir uma autonomia relativa face a essas classes precisamente na medida em que constitui um poder unívoco e exclusivo daquelas"* (POULANTZAS, 1977, p. 284).

Conforme Lust compreende, a política da "sociedade civil" passa a buscar o peculiar em detrimento do total, deixa de discutir o sistema para focar em aspectos específicos e que dão



mais conta da estética e comportamentos sociais de determinados grupos minoritários da sociedade, em busca de reconhecimento estatal de seu estilo de vida, o que corrobora uma nova forma de ampliação do Estado, da incorporação estatal de uma série de novos temas, que obviamente não possuem caráter revolucionário (e mesmo reformista, considerando que raramente atentam para a materialidade das questões e da necessária crítica da forma que a propriedade toma no capitalismo), o que acaba sendo incorporado por diversos intelectuais e partidos de esquerda como programa, o que criticamos. Mas por outro lado, estes movimentos, quando radicalizam, possuem a capacidade de exigir a crítica radical da sociedade, pois partem de uma premissa que abertamente desnuda uma das principais premissas ideológicas do liberalismo: a igualdade jurídica que estende-se à todos os habitantes de uma formação social, ou seja que afirma ao mesmo tempo a individualidade dos sujeitos existente sob a unidade do Estado, do povo-nação.

As mudanças nos processos de formulação e decisão política ocorrem em detrimento da primazia dos partidos políticos e das câmaras do Legislativo, que é deslocada para os aparelhos privados de hegemonia da grande burguesia em diálogo direto com o Executivo em novos espaços de produção de decisões políticas no aparelho de Estado (que não dependem do mercado eleitoral e nem de publicidade em torno de sua atuação) e daí, saem para serem apresentadas ao Legislativo através do Executivo, graças a primazia deste em apresentar Decretos-Lei, ou seja, reafirmando o caráter autoritário do Estado autocrático burguês, que no caso brasileiro, foi mantido no processo de transição para sua forma democrática-eleitoral. Repetimos, *não significa que todas as decisões políticas passam a ser relegadas ao diálogo direto entre a burguesia organizada e o Estado – o que estamos afirmando é que neste momento do processo de implementação da hegemonia neoliberal as principais decisões políticas que o efetivam ocorrem em decorrência de primazia propositiva e programática destes atores através do Estado.* Por fim, pensamos que é através da leitura destes espaços sociais do Estado que podemos contrapor a leitura, ingênua ou malintencionada, que afirma existir certo progressismo nas gestões presidenciais do PT, que não só foram, e são, plenamente adequadas à ordem, como submissas às necessidades e desmandos do capital-imperialismo.



BIBLIOGRAFIA

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

O'DONNELL, Guillermo. "Transição, continuidades e alguns paradoxos". In: REIS, Fábio Wanderley (org.). *A democracia no Brasil – dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. "O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?" In: ESTANQUE, Elísio; SILVA, Leonardo Mello e; VÉRAS, Roberto; FERREIRA, António Casimiro; COSTA, Hermes Augusto (orgs.). *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do anti-valor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAPONE, Leonardo. *O jovem Gramsci*. Cinco anos que parecem séculos 1914-1919. Rio de Janeiro: Contraponto; DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil* (Oliveira Vianna e Companhia). São Paulo: Unesp, 2010.

GARCIA, Ana Saggiaro. "Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta". In: ROSA LUXEMBURG STIFTUNG (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF: 2005.

BOITO JR., Armando. "Neoliberalismo e relações de classe no Brasil". *Idéias*, nº. 1, 2002. Disponível em <http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/PIICdos.pdf>, acessado em 29.01.14.

FRANÇA, Teones Pimenta de. "A lógica do pacto: do ABC paulista para Brasília". *Revista Outubro*, no. 8, 2003.

MACIEL, David. "'Melhor impossível!': a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula". *Universidade e Sociedade*, n. 46, Brasília, ANDES-SN, 2010.



SAES, Décio. "Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas". *Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, 1996.

GUIOT, André. "Estudos preliminares sobre a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva (2003-2010)". *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH 2013*. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371265637_ARQUIVO_Estudospreliminares_sobrea_composicao_do_Conselho_de_Developmento_Economico_e_Social_nos_governos_Lula_da_Silva.pdf, acessado em 20.07.14.

BRASIL. *Lei no. 10.683, de 28 de maio de 2003*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683.htm, acessado em 10.07.14.

FLEURY, Sonia. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula*. Disponível em <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACFBA0.pdf>, acessado em 10.07.14.

LUST, Jan. "Una crítica clasista al concepto y discurso de la sociedad civil". *Rebelión*. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=184202>, acessado em 10.07.14.

MACIEL, David. "Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula". *Anais Marx e o marxismo 2011: teoria e prática*. Disponível em <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC401F.pdf>, acessado em 24.10.14.